



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Monografia

**ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
análise enquanto estagiária no IFMG - Ouro Preto.**

Dayanne Malta Braz

**Mariana/MG
2023**

Dayanne Malta Braz

**ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
análise enquanto estagiária no IFMG - Ouro Preto.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

**Mariana/MG
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B827o Braz, Dayanne Malta.

Orçamento da assistência estudantil [manuscrito]: análise enquanto estagiária no IFMG - Ouro Preto. / Dayanne Malta Braz. - 2023.

61 f.: il.: gráf., tab.. + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Estudantes - Programas de assistência - Brasil. 2. Assistência social. 3. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 4. Educação e Estado. I. Mayer, André Luiz Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.3

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dayanne Malta Braz

**Orçamento da Assistência Estudantil:
análise enquanto estagiária no IFMG - Ouro Preto**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 17 de agosto de 2023

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Natália Aparecida Dornelas Miranda - Instituto Federal de Educação - Ouro Preto

Prof. André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/08/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0582909** e o código CRC **556FFD39**.

AGRADECIMENTOS

Quantas coisas vivi nestes anos em Mariana/MG! Todas essas experiências e trocas só foram possíveis por estar ao lado de pessoas muito especiais, como os colegas de turma, amigos que fiz durante o percurso, minha família, mestres e todos que amo. Foram dias preenchidos por muitas mudanças, sonhos, dúvidas, lutas, incertezas, novidades, conhecimentos... Fui abraçada por um infinito de presentes que a nossa escolha pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) me permitiu, cada um viveu momentos difíceis, superações e, por fim, levarei aprendizado após todas essas vivências. Agora, enquanto Assistente Social é hora de trilhar novos caminhos, compartilhando novos sonhos e oportunidades, carregando conosco a melhor bagagem de nossas vidas honradas por nossa trajetória.

De maneira individual, todos nós acreditamos que uma força superior nos sustenta, nos impulsiona, e nos protege diariamente. Podemos chamar de fé, de Deus. Em diversos modos, tendo nomes ou não, é o nosso guia para viver, para crer e fazer. Tornar-nos Assistentes Sociais só foi possível por termos uma base fortalecida pelo amor mais puro e por essa força superior, pela coragem, por muito ânimo e por tantos outros sentimentos genuínos que serviram de alicerce durante nossa caminhada. A força de Deus acalentou cada desafio e jamais nos permitiu desistir. Nossa fé seguirá nos levando ao melhor de nós mesmos, permitindo-nos escolher, decidir e compartilhar da melhor maneira, em todos os desafios da nossa profissão e da nossa vida. Sigamos respeitando os nossos semelhantes, ouvindo a nós mesmos e aos outros, unidos para evoluirmos aqui e agora, cumprindo o bem que Deus nos ensinou.

Durante minha trajetória na UFOP, pessoas importantes estiveram comigo, ajudando a enfrentar os momentos mais difíceis e alcançar vitórias. Lembro hoje, em especial daqueles que sempre me incentivaram a chegar aqui, os familiares e amigos. Gratidão por todo sustento necessário, sem medir esforços, muitas vezes, abrindo mão dos seus próprios sonhos. Sem esse suporte, a caminhada seria muito mais dura. Agradeço pelos ensinamentos valiosos, pelo amor incondicional, por se preocuparem com minha felicidade, por serem abrigo em dias difíceis, mesmo de longe, e por torcerem sempre pelo meu sucesso. O meu muito obrigado também aos momentos em que foram mais rígidos, hoje entendo que nos prepararam para vencer as batalhas da vida.

Os meus mais sinceros agradecimentos aos mestres que fizeram parte deste processo: minha supervisora de campo M.^a Natália Miranda, à supervisora acadêmica temporária Prof.^a M.^a Raquel Mascarenhas, ao supervisor acadêmico do final do semestre Prof.^o Dr. Rodrigo Ribeiro e ao orientador de TCC Prof.^o Dr. André Mayer, que me proporcionaram uma construção contínua de conhecimento e aprimoramento profissional. Àqueles que nos ensinaram a base, muito obrigado por nos fortalecer para as etapas seguintes, essa preparação foi fundamental. Aos que estiveram presentes no processo de lapidação do conhecimento, agradeço por apresentarem as áreas de atuações futuras, pelo compartilhamento de vivências profissionais e pelo empenho em nos qualificar. E a partir de agora, todas as lições compartilhadas vão alicerçar nossas profissões com respeito, ética, técnica, e responsabilidade, visando viabilizar os direitos para a classe trabalhadora.

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

(De Silva, Maria)

“A aprendizagem é a nossa vida, desde a juventude até à velhice, de facto quase até à morte; ninguém vive durante dez horas sem aprender”.

(Paracelso)

RESUMO

Esta monografia tem como objeto de estudo o financiamento da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, recortando o período entre 2019 e 2022. Objetiva compreender, como no contexto de contingenciamentos dos recursos para a instituição, a execução dos programas e ações da assistência estudantil são afetadas, principalmente no período em questão, que é evidenciada a pandemia da COVID-19, momento em que as políticas sociais precisavam de novas estratégias e ações. Parte-se do pressuposto de que é extremamente necessária a adoção de ações e programas assistenciais para atenuar os efeitos diretos e indiretos nocivos ocasionados pela desigualdade social brasileira, sendo, portanto, fundamental que haja o financiamento, no montante adequado, dessas políticas públicas. Nesta direção, para que os objetivos propostos na pesquisa fossem alcançados, utilizou-se uma abordagem qualitativa e os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Contingenciamento. Recursos. Pandemia. Assistência Estudantil. Financiamento.

ABSTRACT

This monograph has as its object of study the financing of the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais - Campus Ouro Preto, covering the period between 2019 and 2022. The institution, the execution of student assistance programs and actions are affected, especially in the period in question, which is evidenced by the COVID-19 pandemic, a time when social policies needed new strategies and actions. It starts from the assumption that it is extremely necessary to adopt actions and assistance programs to mitigate the harmful direct and indirect effects caused by Brazilian social inequality, therefore, it is fundamental that there is adequate funding for these public policies. In this direction, so that the objectives proposed in the research were reached, a qualitative approach was used and the technical procedures used were the bibliographical and documental research.

Keywords: Contingency. Resources. Pandemic. Student Assistance. Financing.

LISTA DE SIGLAS

AE - Assistência Estudantil
CF - Constituição Federal
DAE - Departamento de Assistência ao Estudante
DIRAE - Diretoria de Assuntos Estudantis
EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFES - Instituto Federal do Espírito Santo
IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IF's - Institutos Federais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
NAS - Núcleo de Assistentes Sociais
NAF - Novo Arcabouço Fiscal
NRF - Novo Regime Fiscal
PAE - Programa de Assistência Estudantil
PIB - Produto Interno Bruto
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PPA - Plano Plurianual
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
RVM - Renda da Vasta Maioria
SETEC - Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SSAE - Sistema de Seleção da Assistência Estudantil
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo entre a parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida pública e a Parcela destinada à Assistência estudantil nos IFs de 2012 a 2018	38
Tabela 2: Comparativo entre a parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida pública e a Parcela destinada à Assistência estudantil dos IFs de 2019 a 2022	38
Tabela 3 - Valores advindos do orçamento geral do governo federal destinados aos IFs, IFMG e para o IFMG- campus Ouro Preto	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Decretos do contingenciamento e descontingenciamento	41
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valores destinados à Assistência Estudantil do IFMG	45
Gráfico 2: Número de inscritos e deferidos no programa de assistência estudantil do IFMG- campus Ouro Preto	49
Gráfico 3: Orçamento da Assistência Estudantil IFMG campus Ouro Preto	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO	16
1.1 Sociedade Capitalista	16
1.2 Educação e capitalismo	21
CAPÍTULO 2 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS: as lutas e contradições do financiamento da política de educação profissional no IFMG Ouro Preto	29
2.1 Estrutura do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG	33
2.2 Desafios enfrentados para efetivação do PAE	36
2.3 Financiamento do PAE: Desafios enfrentados na Assistência Estudantil do IFMG Campus Ouro Preto	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz para debate os impactos causados na Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), através dos cortes orçamentários, no período de 2019 a 2022. Esta monografia apresenta discussões a partir de uma pesquisa documental acerca do orçamento do Ministério da Educação destinado à área de assistência estudantil do IFMG e os repasses para a assistência estudantil do *campus* de Ouro Preto.

A pesquisa tem como objetivo entender como e a partir de qual plano/política do governo que se deu os cortes orçamentários e os contingenciamentos. Também, este período chama atenção para os acontecimentos drásticos, como a COVID-19¹, que também fez com que a instituição necessitasse de um maior recurso do governo para novos auxílios do Programa de Assistência Estudantil (PAE), já que foi um período em que os estudantes precisavam de um apoio maior da política, pois, com o estudo remoto, necessitavam de aparelhos e equipamentos que geralmente estavam fora de suas condições de arcar com esses recursos, não só os discentes, mas também os técnicos que atuam na instituição, além da não flexibilidade do trabalho diante os estudos e a atual situação.

Para pensar a assistência estudantil dentro dos Institutos Federais é preciso compreender como as políticas sociais se desenvolvem na contemporaneidade sob o impacto de ajustes fiscais. E que os caminhos delineados para as políticas sociais também rebatem na conformação da política de assistência estudantil. Assim, faremos um resgate do desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo contemporâneo e o impacto do projeto neoliberal, a fim de entender a materialização da política de assistência estudantil. (SURDINE, 2020, p. 44)

Logo após a criação das instituições técnicas foi observado que para o estudante que deseja se ingressar nas instituições era preciso que as políticas públicas atuassem para garantir a permanência dos estudantes nas instituições. As Políticas Sociais de assistência e de educação,

são políticas públicas destinadas ao bem-estar geral da população, mas com caráter distributivo, destinado principalmente às camadas de menor

¹ “Em dezembro de 2019 a China informou à OMS sobre um surto de uma nova doença, semelhante a uma pneumonia. Essa doença, transmitida pelo novo coronavírus, foi denominada COVID-19. Em janeiro de 2020, novos casos da COVID-19 foram notificados fora da China, então a OMS resolveu declarar emergência internacional em saúde pública. Na América Latina, o primeiro caso registrado foi em São Paulo, no Brasil, no dia 26 de fevereiro de 2020. Após a chegada da COVID-19 no Brasil, diversas medidas de controle e prevenção da doença foram tomadas pelas autoridades sanitárias locais em diferentes esferas administrativas (governo federal, governos estaduais e municipais). Essas medidas se diferenciaram de uma região para outra do país, entretanto a medida mais difundida pelas autoridades foi a prática do distanciamento social, entendida de forma geral pela população e pela mídia, como isolamento social[...]” (BEZERRA; SILVA; SOARES; SILVA. 2020, p. 2)

renda da sociedade, em situação de pobreza ou pobreza extrema, visando principalmente o desenvolvimento econômico, a eliminação da pobreza, a redução da desigualdade econômica e a redistribuição de riqueza e renda. O impacto distributivo de uma política social depende tanto da distribuição dos gastos públicos entre os mais pobres como do seu financiamento. (WIKIPEDIA, 2023)

No entanto, pensar em suas aplicações e efetividades para o conjunto da população em um país que contém numerosos estados e cidades, requer a criação de mecanismos democráticos para a manutenção da cidadania e autonomia local das sub-representações do estado em suas respectivas regiões. É nesse contexto que a Descentralização de Políticas Públicas surge como importante ação para o Estado estar presente em diferentes localidades sobre representações capazes de atuar de forma a gerar eficiência e eficácia na gestão de políticas públicas.

A ideia do tema surge a partir das observações feitas no campo de estágio iniciado em 2022 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *campus* Ouro Preto. Sendo assim, com a dinâmica realizada nesse espaço e as análises socioeconômicas, diante os valores disponibilizados para o auxílio permanência, recebemos diversas queixas dos discentes que não foram contemplados pelo auxílio permanência, discentes que fazem parte da categoria C e D². O valor de repasse para a instituição, neste momento, não conseguiu atender a todos os estudantes participantes do Programa de Assistência Estudantil (PAE).

A prioridade no momento foram os discentes com maior índice de vulnerabilidade social, as categorias A e B que, como previsto na política de assistência estudantil, são perfis prioritários. Sem um orçamento definido, que atendesse todas as categorias da assistência estudantil, acarreta diretamente na distribuição dos auxílios que tentam atender todas as demandas dos estudantes na instituição. O governo neste período, comandado pelo presidente Jair Bolsonaro, vem com ações neoliberais, que impossibilitam a efetivação plena das políticas sociais.

² Para a concessão dos auxílios são considerados os seguintes perfis de estudantes: Perfil A: contempla estudantes que possuam alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais; Perfil B: contempla estudantes que possuam dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais; Perfil C: contempla estudantes que possuam médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais; Perfil D: contempla estudantes que possuam baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais; Perfil E: estudantes que não possuam dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório. (IFMG. 2023, p. 2)

Para que objetivos propostos na pesquisa fossem alcançados, o estudo foi construído com base em pesquisas documentais, artigos que discutem os orçamentos dos Institutos Federais (IF 's), em específico o texto da Mônia Carla Surdine (2020), Assistente Social, que traz fortes reflexões acerca do orçamento do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), em livros como *Economia Política* de José Paulo Netto e Marcelo Braz (2007) e sites com informações verídicas e discussões a respeito dos repasses para a área da educação e toda a bibliografia pertinente ao tema utilizada como embasamento teórico. Sem mais delongas, daremos início à discussão, adentrando na trajetória da educação, a educação no capitalismo e posteriormente ao orçamento da assistência estudantil.

CAPÍTULO 1- DETERMINANTES SÓCIO HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

1.1 A sociedade capitalista

Antes de dar início às considerações da educação inserida no sistema capitalista, precisamos entender de onde surgem as concepções trabalho e ser social no capitalismo, pois, “a educação não é um processo meramente natural, mas uma resultante potente do movimento de construção sócio histórica e possui uma relação de identidade com o trabalho.”(RESENDE, 2022, p. 21).

Segundo Netto e Braz (2007), o trabalho é sempre uma atividade coletiva, pois exige conhecimentos, técnicas e materiais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que dominará de social. Olhando mais a fundo, observamos que o trabalho não só transforma a matéria pelas ações do sujeito, mas, também, o transforma. “O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma alteração no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização” (NETTO; BRAZ. 2007, p. 34). Ao longo dos anos vai se modificando as formas de produção material, usando formas naturais e as modificando com novas formas e novas ideias para esta ação, estas que modificam a estrutura natural dos materiais.

Com o desenvolvimento do ser, no processo de humanização, as técnicas de transformação da estrutura material, com as novas tecnologias, ficaram cada vez mais avançadas e, conseqüentemente, modificaram a natureza orgânica. Então para que a sociedade se desenvolva é necessário trabalho, dessa forma, o trabalho, a natureza e o ser social estão interligados, pois para sanar suas necessidades naturais o homem precisa da natureza para sobreviver.

O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social — permanece, ainda, como o que se poderia chamar de modelo das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada). (NETTO; BRAZ, 2007 p. 43)

Para tanto, podemos relacionar essas transformações materiais com o processo de compra e venda de mercadorias, desenvolvimento realizado para satisfazer novas necessidades do ser humano e facilitar as atividades, um processo cíclico que nos submetemos para sobreviver e, ainda, o acúmulo de mercadorias que está diretamente relacionada à riqueza. “Na reiteração da nossa experiência diária, tudo isso nos parece muito óbvio porque nos remete a fenômenos que

parecem ser absolutamente naturais” (NETTO; BRAZ. 2007, p. 78), mas é preciso entender o outro lado dessa dinâmica.

Quando compramos um objeto trocamos ele pelo dinheiro, logo, pensamos e damos um valor a ele, mas a mercadoria adquirida possui dois lados do valor: o valor e o valor de uso, quero dizer, preço e valor. A relação entre o ser social e a natureza é a chave para a produção dos bens que consumimos (valores de uso), sem essa produção não conseguimos sanar nossas necessidades e no processo de valorização capitalista. “[...]o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção e que, expresso em dinheiro, aparece como o seu preço.”(NETTO; BRAZ, 2007, p. 90). Tudo aquilo que é produto do trabalho é valor de uso. Mas, deve-se atentar para as diferenças do produto gerado (mercadoria): quando se produz para troca e venda e para o próprio consumo, gerando valores de troca e valores de uso, respectivamente. “[...] a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis à divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção — sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias).” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 92).

A produção e troca mercantil surge e cresce a partir do século XIII, passando pelo modo escravista e o modo feudal. Nessa era, a produção era feita no campo com artesãos e seu trabalho era destinado a troca de bens e consumo próprio para sua subsistência. A diferença é que os donos do meio de produção eram os próprios artesãos e camponeses e seus lucros eram baseados na circulação das mercadorias. Já o modo de produção capitalista, vem de um modelo mais recente onde envolve a produção de mercadorias em que os meios de produção e o lucro são concentrados na mão de somente uma classe, a burguesia, com a compra da força de trabalho e seu lucro advém da exploração do trabalhador, em que “[...] o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007). Nesse viés, a burguesia “aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos”. (MARX, K; ENGELS, F. 1997, p. 34). É nesse contexto que se entende que a força de trabalho também é uma mercadoria, pois existe uma relação de compra e venda entre as duas classes sociais,

[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres,

vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1867, p. 340)

Nessa perspectiva, podemos entender que o modo de produção capitalista não se esgota apenas na produção de mercadorias, mas se expande na relação de exploração do trabalho, o qual se vende e é considerado como mercadoria, um objeto de troca. Essa relação se difunde a partir de um processo histórico onde os mestres-artesãos eram os burgueses, “donos” da riqueza. O ouro e a prata eram metais de grande disputa entre a sociedade, uma riqueza natural que é explorada e extraída há séculos, e no final, quem detinha de toda a riqueza eram os burgueses, superando a sociedade do sistema feudal e difundindo o sistema capitalista.

Nessa busca pelo lucro, vale ressaltar, que mesmo com a má distribuição de riquezas, ou seja, o lucro concentrado maior parte na mão dos capitalistas, não tem a ver com a busca do sujeito social, a sua moralidade ou desdém, pois [...]trata-se no campo das atividades e relações econômicas, da função social que tais sujeitos desempenham.”(NETTO; BRAZ, 2007, p. 97). Ainda de acordo com os autores supracitados

[...] é preciso deixar de lado toda a ideologia que tentam revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social” etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros.(NETTO; BRAZ, 2007, p. 97)

Para explicar o movimento do capital, uma fórmula é utilizada para expressá-la: $D \rightarrow M \rightarrow D'$, onde D representa o dinheiro, M a mercadoria e D' representa o dinheiro acrescido do valor. A visão do capitalista é obter mais dinheiro, ou seja, o capitalista não vende para comprar, ele compra para vender e assim obtém o lucro, sendo que “o lucro do capitalista provém de processos ocorrentes na esfera da produção[...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 97). O valor que é gerado em D' vem do processo anterior a ele, o M, que é expressado pela venda da força de trabalho dos operários e faz parte do excedente econômico que o capitalista explora, denominado de mais valia.

Para que o capitalismo se mantenha é necessário que existam duas classes, a que detém os meios de produção e a que é explorada, para assim uma classe se apropriar da mais valia e a outra se submeter a exploração para garantir a sua subsistência. “A primeira condição da acumulação é que o capitalista tenha

conseguido vender suas mercadorias e reverter em capital a maior parte do dinheiro assim obtido.” (MARX, 1867, p. 777).

Das teorias que explicam o que é capitalismo, destacam-se um dos intelectuais que abordam o assunto, Karl Marx (1864-1920). Tal pensador define o capitalismo como sendo um determinado modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade, um modo de produção de mercadorias, gerado desde o início da idade moderna e que encontrou sua plenitude no processo de desenvolvimento industrial inglês.

No final de tudo, a classe que compra essa força de trabalho, paga para seus vendedores em forma de salário, este também fazendo parte de seu valor. O capitalista compra a força de trabalho por um certo tempo pagando o equivalente ao valor de troca e não o seu valor de uso se apropriando de todo esse valor. O salário pago pelo capitalista equivale tão somente ao valor de custo gasto para a subsistência do operário, uma vez que esse valor não cobre todas as suas necessidades, já que temos necessidades humanas como comer, beber, vestir e outras necessidades que são postas ao desenvolvimento social como de ordem social, cultural, etc.

Já que o capitalista paga somente o mínimo, para que não aconteça do operário se submeter a valores inferiores ao salário, foi posto um valor fixo para essa variante e também criados sindicatos que representam essa classe, com o objetivo de dar aos trabalhadores condições de negociar o preço da venda da sua força de trabalho. Essa conquista do salário também foi advinda de diversas lutas das classes subalternizadas, “por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores[...], não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 104). E ainda, “[...]vimos que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia pela luta.” (Marx e Engels, 1997, p. 58). Mas,

[...]os isolamentos e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existência a elas correspondentes” (MARX e ENGELS, 1997, p. 56)

No Brasil o salário mínimo surgiu em meados da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, pela lei nº 185 de janeiro de 1936 que regulamenta a instituição do salário-mínimo e passou a vigorar em 1940, fixando os valores a serem pagos

além de diversos benefícios que seriam adquiridos por eles. Desde sua criação, o valor a ser pago para o trabalhador variou muito. Em uma matéria publicada no site Politize (2016), Stähler descreve um pouco da trajetória do salário-mínimo no Brasil:

Depois do golpe militar de 1964, foi adotada uma política para manter o salário médio, aumentos reais só aconteciam quando houvesse ganho na produtividade. O aumento era calculado baseado na inflação esperada. A inflação era quase sempre subestimada, e assim nesse período houve uma queda salarial significativa. Apesar dos reajustes melhorarem ao longo das décadas seguintes e o poder de compra da população aumentar, foi apenas a partir de 1994, com o Plano Real e o fim da hiperinflação, que o salário mínimo voltou a se valorizar. Em 2023, o salário mínimo foi reajustado para R \$1302, porém o DIEESE estipulou que o valor do salário mínimo necessário deveria ser cinco vezes maior do que o valor estipulado, sendo de R \$6.575,30.

Com tais informações, podemos observar que o valor atual do salário mínimo (2023) não cobre todas as necessidades básicas do brasileiro. Ainda assim, vendemos nossa força de trabalho pelo mínimo pago para nossa subsistência, recebendo somente o valor de troca. Contudo, resumidamente, Netto e Braz (2007, p. 120) afirmam “a distribuição da riqueza social está determinada pelo regime de produção — logo, na sociedade burguesa, essa distribuição faz-se sob o comando do capital e em detrimento dos trabalhadores”

Nessa dinâmica, temos o capital “constante” e “variável” (NETTO; BRAZ, 2007), um repõe os valores do meio de produção e outro equivale ao salário dos trabalhadores e a mais valia, respectivamente. O capital variável faz parte da renda nacional. Com toda a dinâmica da sociedade burguesa, o capitalismo se configura ao longo do tempo, originando novas relações sociais, estas que não participam dos meios de produção, mas que se submetem a vender sua força de trabalho para também garantir sua sobrevivência, continuando sendo parte da classe trabalhadora que é explorada.

Sendo assim, o estado também vira o principal responsável pela relação capitalista. Com o recolhimento de impostos da sociedade, são fontes do orçamento público que faz parte da renda nacional que são pagos compras estatais, serviços públicos, investimentos, etc. Nessa perspectiva, a partir do fundo público o estado atua em prol dos interesses do capital, “[...] ou seja, o orçamento é geralmente utilizado como um instrumento que repassa renda dos trabalhadores alocados à produção, aos capitalistas e aos segmentos improdutivos.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 121).

Vale destacar ainda, que a acumulação capitalista atinge fortemente a classe trabalhadora, com a concentração e centralização do capital. Esse processo impacta diretamente no desemprego, sendo que um grande número de pessoas que se dispõem a vender sua força de trabalho, mas que não encontra compradores, o chamado por Marx (1867) de "exército industrial de reserva", que é uma parcela da população em que o capitalista garante em ter para conseguir acumular valores, abaixar o preço da mão de obra e garantir que ela esteja disponível a qualquer momento. E com os novos avanços tecnológicos essas situações ficam ainda piores quando robotizam a mão de obra, colocando máquinas aprimoradas que façam o trabalho, tornando-o mais fácil, mas em contrapartida diminuindo o salário a ser pago e aumentando a taxa de desemprego, oprimindo o mercado e os trabalhadores, estratégias para seu principal objetivo. E caso não se submetam a aceitar as condições postas os capitalistas têm uma grande reserva para fazer a troca da mão de obra.

Nessa estratégia ainda se tem um impacto muito maior além do desemprego, o processo de pauperização, que decorre nesse processo de exploração. A pauperização tem duas formas de acontecer, a absoluta e a relativa. Em cidades mais desenvolvidas até o século XIX, eram vistos maiores ocorrências da pauperização absoluta que, "registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego"(NETTO; BRAZ, 2007, p. 135). Já a partir do século XX foi observado que têm se intensificado a pauperização relativa que segundo os autores supracitados

[...] pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe ao total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas (NETTO; BRAZ, 2007, p. 135)

Pela mesma razão, "[...]ao fim de cada fase produtiva, defrontam-se capitalista e proletários, tal como é necessário para que a produção capitalista se inicie. (NETTO, 2012, p.149) Uma relação cíclica que vai se iniciando a cada resultado da exploração.

1.2 Educação e capitalismo

É evidente que, com efeito, após todo esse acúmulo de riquezas e explorações, os trabalhadores e a sociedade estariam fragilizados e vulneráveis, sendo fruto da contradição capital e trabalho gerando diversas expressões da “questão social”. De acordo com Netto (2001, p. 42), essa expressão surge entre os séculos XVIII e XIX, na Inglaterra, em meio a industrialização, para caracterizar o pauperismo, ou seja, é o que caracteriza as desigualdades sociais, sendo parte de suas manifestações.

[...]A questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão do capitalismo, ao contrário, trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade. (TOMAZ, 2013, p. 4)

Segundo Yamamoto (2019, p. 20),

A Questão Social é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da questão social se encontra no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.

Na fase de industrialização, o liberalismo³ vem como uma forte pauta para a sociedade burguesa, já que sua principal característica é a não intervenção do Estado na economia e na vida de cada cidadão, causando a extrema desigualdade social e o abuso de poder. Conseqüentemente, quando tomam consciência de seu papel na sociedade, o proletariado reivindica “seus direitos” formando sindicatos, realizando greves, em busca de melhores condições de emprego e de vida, sendo que “não seria mais o “pobre” enfrentando o “rico”, e sim a classe operária explorada e consciente enfrentando o seu explorador” (JUSBRASIL, 2014). Com isso em 1930, uma doutrina econômica política se fortalece, o keynesianismo⁴, que defende a proposta de que a figura do Estado deve oferecer condições sociais aos trabalhadores, como deveres a serem cumpridos.

³ “O liberalismo, segundo seus principais teóricos, é uma doutrina que luta pela liberdade e pelos direitos individuais, pela igualdade perante a lei, pela proteção da propriedade privada e pelo livre comércio” (STOODI, 2021)

⁴ O keynesianismo é uma teoria econômica formulada pelo economista John Maynard Keynes (1883 - 1946), que defende que deve haver a plena ação do Estado nas políticas econômicas de um país para atingir o pleno emprego e o equilíbrio econômico. Essa teoria foi criada com a proposta de ser uma opção contrária ao liberalismo. (AZEVEDO, 2020, p. 1)

Em certo momento, na era dos trinta anos gloriosos do capital (1945 a 1975), que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e que constituíram um período de forte crescimento económico na maioria dos países desenvolvidos, é o momento em que o Estado entra em ação dando resposta às expressões da “questão social”. Nesse momento a industrialização estava no auge com o modelo de produção taylorista⁵, conhecido pela produção em massa e a divisão de tarefas. A partir disso, o Estado entra em ação com investimentos nas empresas, para que a produção se alavanque. E como tentativa de equilíbrio social e econômico, implementa as políticas públicas. “Assim, a implantação de uma rede pública de serviços sociais é parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de reversão das crises cíclicas do capitalismo pós-guerra[...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 30).

Destaca-se nesse período diversas ações reivindicatórias da classe trabalhadora em virtude dos descontentamentos através de mobilizações, da organização do movimento operário, da pressão social e reivindicação perante aos compradores da força de trabalho — constituindo uma real ameaça à ordem burguesa estabelecida — e do Estado. Nesse viés, com o processo de desenvolvimento industrial e expansão urbana,

[...] agravou-se a “questão social” em virtude do desenvolvimento de aglomerados em torno das cidades, atestaram o crescimento do índice de pobreza, de desemprego e da exclusão com privações social, econômica, cultural e política para a classe social que vive do trabalho (MEDEIROS, 2013, p. 3).

Nesta pauta, a ideologia keynesianista decaiu, o que leva a instauração do neoliberalismo, uma atualização do liberalismo que recebeu forte influência da globalização. Com isso, começam os contingenciamentos das políticas sociais, tirando o que deveria ser o principal foco do Estado, adotando métodos conservadores.

[...]existe uma predominância do tema do neoliberalismo, cujo eixo central consiste em constatar que seu modelo político-econômico, implantado no Brasil a partir dos anos 80, tem sido o motor da implantação das políticas educacionais contemporâneas, voltando a Educação diretamente para os interesses do mercado capitalista e de suas exigências internacionais (PORTUGAL, 2007, p. 12).

⁵ Taylorismo é o nome dado ao sistema de produção industrial criado pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor. Desenvolvido durante a Segunda Revolução Industrial, o sistema taylorista, também conhecido como Administração Científica, baseava-se em técnicas para otimização do tempo realizado em determinada tarefa. (COSTA, 2023, p.1)

O neoliberalismo, no Brasil, teve forte influência no modelo educacional, acerca das mudanças político-educacionais, mudanças nas legislações brasileiras, como novas ideologias impostas, o que acarreta também diretamente na gestão da educação e no financiamento. Todas as reflexões feitas por Marx e Engels, sobre o tema educação, insere-se na discussão sobre como são produzidas as relações sociais de produção no capitalismo, no que envolve principalmente a classe trabalhadora. "É com essa visão que trataram da união entre educação e trabalho na perspectiva de superação da exploração capitalista e, portanto, como um meio para a formação desalienada e revolucionária dos filhos da classe trabalhadora."(LOMBARDI, 2011, p. 355). Nesse viés, um dos princípios educativos do pensamento pedagógico também defendido por Marx⁶ (1967) é o conceito de *politecnia* e a *omnilateralidade*, desenvolvida no âmbito das relações burguesas com a finalidade de articular o domínio do trabalho com a formação integral do ser humano com a sua atuação na produção do mundo.

A ideia de uma educação integrada politécnica e de ensino omnilateral foi pensada e desenvolvida no âmbito das relações sociais, de exploração e alienação da classe trabalhadora, com intuito de promover um desenvolvimento amplo de suas capacidades físicas e intelectuais, ter um pensamento crítico sobre as condições de vida que se submetem no meio da produção, possibilitando seu pleno desenvolvimento, sendo que a educação integrada é desenvolvida na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Parafrazeando Portugal (2007, p.14) "a defesa da politecnia apresenta-se como hegemônica, articulada à defesa do ensino integrado, público e gratuito". E a formação omnilateral e integrada é "voltada para os interesses da emancipação humana que, segundo seus defensores, são condição para a superação do capitalismo e realização do socialismo" (PORTUGAL, 2007, p.14). São relações que coexistem, mas que não são análogas.

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e

⁶ "Em sua essência, essa proposição vai ao encontro da discussão sobre educação feita por Marx n'O *capital*, cujo volume I foi publicado em 1867, assim como em *A ideologia alemã*, de 1846, e na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875. Está presente, ainda, no *Manifesto comunista*, de 1848, de Marx e Engels. Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação *omnilateral*. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra." (MOURA; FILHO; SILVA. 2015, p. 1060)

particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais (LOMBARDI, 2011, p. 353)

É a partir dessas concepções que o trabalhador terá conhecimentos críticos sobre a realidade, para o seu desenvolvimento e processo de reprodução, instrumento importante para que ele “consiga não apenas ter acesso aos conhecimentos, mas que, a partir deles, possa controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos no processo produtivo.”(LOMBARDI, 2011, p. 355). A concepção de escola unitária, não vem para favorecer a desigualdade por ser pensada nas classes menos favorecidas, pelo contrário, vem para dar oportunidades de acesso aos seus direitos, uma educação de qualidade com amplos conhecimentos manuais e intelectuais para uma classe historicamente desprovida de direitos. “Pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.” (RAMOS, 2008, p. 2).

Garcia (2018) destaca que, no período imperial os trabalhadores tinham acesso a uma formação ofertada por instituições filantrópicas e religiosas. A educação profissionalizante executada neste período possuía um viés assistencialista e tinha como finalidade atender a parcela da sociedade considerada pobre e desocupada e uma outra dimensão relacionada ao trabalho artesanal.

Nesse sentido podemos concluir que, a ideia de uma Educação Profissional e Tecnológica, surge da necessidade de uma educação ofertada para a classe trabalhadora, no sentido de enfrentamento das desigualdades sociais.

Sobre esse aspecto, Caires e Oliveira (2016, p. 52) ressaltam que no início da Era Vargas (1930), no Brasil, a sociedade brasileira mudou o seu perfil, o que evidenciou “a necessidade de políticas públicas, voltadas para a área da educação, objetivando atender ao novo modelo socioeconômico”. Logo após a posse, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, comandado por Francisco Campos. Com essa ação, a educação do país passou a ser regida e regulamentada por um sistema nacional, com ampla participação da União. Posteriormente, em pleno Estado Novo, a Constituição Federal (CF) de 1937 abre caminho para a criação dos Liceus Industriais, que incorporariam cursos de variados níveis de formação profissional.

Reconhece-se que a CF de 1937 foi a primeira a tratar sobre a temática da Educação Profissional, dando-lhe certa relevância. No entanto, observamos mais

uma vez fortes traços da dualidade na educação, pois apesar de apresentar essa preocupação com a educação para o trabalho, essa lei, oficializou o ensino profissional como ensino destinado aos pobres, e assim, o Estado instituiu oficialmente através da escola, a discriminação social. “Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista.”(RAMOS, 2008, p. 2)

Economicamente, o Estado Novo pretendia industrializar o Brasil e, para isso, era necessário deixar que os trabalhadores urbanos ou estivessem satisfeitos com seus novos direitos, ou presos e censurados. Assim, uma série de decretos-leis reorganizou o ensino no Brasil, que se pautava claramente numa ideologia de garantir à elite dominante uma educação intelectual, ao passo que o ensino profissional era destinado às classes trabalhadoras precarizadas, objetivando sua preparação para o mercado de trabalho, o que reforçava a organização dualista do sistema educacional brasileiro.

Visto, que o contexto da época, era de uma nova economia em construção, depois de várias crises que o desestabilizou, a ideia era fortalecer novamente a economia. Obviamente, as instituições de ensino técnico profissional, foram pensadas em não só levar uma melhor educação a população, mas sim, de aprimorar o mercado de trabalho, uma mão de obra mais qualificada para a venda da força de trabalho aos capitalistas.

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), foi o momento em que os direitos conquistados pela classe trabalhadora em prol da educação estavam sendo ameaçados. “Esse cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para reivindicação de bens e direitos sócio políticos negados, até então, pelo regime vigente” (GOHN, 2013, p. 303). Durante os anos 70/80, foram feitas diversas mobilizações da sociedade civil em busca pela democracia. Os direitos hoje conquistados, são advindos de diversas lutas da classe trabalhadora, expressas principalmente no movimento das Diretas Já, na Constituinte, na Constituição cidadã e em todos os outros movimentos populares.

No processo de redemocratização, novas pautas para a esfera pública política aparecem juntamente com novas demandas por direitos.

A concretização da animação da esfera pública foi a Constituição de 1988, que vai, não só estimular a descentralização, dando maior ênfase às novas formas de participação social da sociedade civil, mas também manifesta, pela primeira vez, a preocupação com direitos difusos, vale dizer, os direitos das minorias. (PAIVA, 2012, p. 6-10 *Apud* GOHN, 2013, p. 304)

A Constituição da República, de 5 de outubro de 1988, representou um marco na história política e jurídica do Brasil. Após tantos anos à deriva e longe de uma trajetória capaz de garantir os direitos da cidadania, finalmente o país tomou um novo rumo, impulsionado pelos ventos democráticos. Cada contexto sustentado por diferentes aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais influenciou nas transformações e denominações do ensino profissional brasileiro.

Da década de 90 até os dias atuais, observa-se que os movimentos sociais são distintos aos anos anteriores (1930-1990), segundo Gohn (2013) naquela época “os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”, [...] indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano” (p. 306). Nos dias atuais observa-se diversas formas de mobilização, através de canais de transmissão, articulados com ONGs, voltados para questões relativas à democratização do estado ou das políticas públicas. Dos movimentos pela educação temos dois grandes grupos: movimento pela educação formal e o movimento pela educação não formal. Do direito como um todo temos os movimentos pelos direitos humanos, pela cultura; mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego ou pelo aumento do salário; movimento contra as políticas neoliberais, entre outros.

Destarte é importante que a classe trabalhadora e os sindicatos continuem apostando em reivindicações para que os projetos para a educação caminhem a favor da população. Sem as reivindicações a classe dominante só toma mais posse da educação no momento em que toma conta de todos os seus instrumentos e operacionalização horizontalmente, definindo o final do seu produto, assim monitoram todas estratégias de gestão, a forma que irá ocorrer, que irá se distribuir. É nesse contexto, de instabilidade social, que são controlados os repasses que deveriam ser para a educação, um momento que a classe dominante reforça a dualidade já existente nas instituições de ensino.

Contudo, torna-se bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que cimenta o sistema capitalista; nem é capaz de, por si só, de fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou "consenso" quanto for capaz a partir de dentro e através dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2008, p. 45). Nesse viés, coloca se também importante o movimento estudantil, o qual comporta os

estudantes das instituições de ensino, que lutam pelos seus direitos, por melhorias e por novas faces que compõem os projetos de educação do país.

CAPÍTULO 2 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS: as lutas e contradições do financiamento da política de educação profissional no IFMG Ouro Preto

A assistência estudantil não é um fenômeno recente, as primeiras ações para esta política, no Brasil, foram em 1930, no primeiro governo de Vargas. Naquela época o estado atendia as primeiras reivindicações dos estudantes e também do mercado, que necessitava de escolarização da classe trabalhadora com foco nos mais pobres. Os princípios centrais dessa Reforma foram incorporados na Constituição Federal (CF) de 1934. Com a promulgação da CF de 1934 as ações de assistência ao estudante têm garantia legal no que diz respeito à destinação de parte do Fundo Público para pagamento de auxílios aos “alunos necessitados”- presente no artigo 157, § 2 (BRASIL, 1934). “As ações referentes à assistência ao estudante possuem sua “marca de nascença”, conforme explicitado por Kowalski (2012), na universidade brasileira, e assim persistiram até os anos de 1940” (SURDINE, 2020, p. 95). Assim, observa-se que como toda política social brasileira, a assistência estudantil vem saturada com traços de uma política focalizada.

Apenas com a Constituição Federal de 1946 ficaria determinado no art. 172 que cada instituição de ensino proporcionaria assistência educacional aos estudantes que necessitarem: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (BRASIL, 1946). (SURDINE, 2020, p 96)

A CF de 1946, em seu artigo 172º, determinou que “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”. Isso viabilizou a ampliação das ações de assistência estudantil aos alunos que não tivessem condições de se manter e obter eficiência durante o tempo que estivessem inseridos no ensino. O Estado considerava os serviços de assistência estudantil uma medida de “ajuda” aos “estudantes carentes”, não como um direito social da educação.

Porém, tempos depois, o ano de 1961 marca a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, que nos artigos 90 e 91 estabeleciam ações sobre a “permanência dos estudantes como a oferta de bolsas, assistência médica, odontológica e de enfermagem” (BRASIL, 1961) passando a considerar a assistência estudantil como um direito à educação. Em seu Art. 1º diz:

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1961)

No período do Regime Militar no Brasil (1964-1985) segundo Surdine (2020) a UNE promoveu diversas reuniões que tratavam sobre o direito dos estudantes. Na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, o objetivo era “associar auxílio financeiro e educação” (RAMALHO, 2013, p. 28) e buscava contribuir para o preparo dos alunos para o mercado de trabalho.

No fim dos anos 1980, o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência continuou sendo composta por ações escassas e pulverizadas, também, a Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Além disso, da mesma forma que a assistência social, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação, como afirma BARBOSA, (2009, p. 38)

A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis.

Diante desta precarização da assistência ao estudante, os Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na década de 1980, contexto de redemocratização do país, mobilizaram-se e fortaleceram o coletivo para reivindicar o fortalecimento e institucionalização das ações de assistência aos estudantes, através da criação de uma política de assistência estudantil. Em Outubro de 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), responsável por articular com o MEC a política de apoio ao estudante. Junto de estudantes universitários, servidores públicos da educação e sindicatos, este fórum ampliou o

debate nas instâncias governamentais como MEC e Congresso Nacional. O FONAPRACE tem por objetivos:

Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; Assessorar permanentemente a Andifes; Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (FONAPRACE, 2023)

Barbosa (2009) observa que historicamente as atividades de assistência estudantil têm sido desenvolvidas pelas instituições a partir das demandas dos estudantes. A Constituição Federal (CF) de 1988, também chamada Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Na Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social inscrito no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988)

Das eleições diretas, promulgação da Constituição de 1988 e impeachment de Fernando Collor de Mello até a eleição de Fernando Henrique Cardoso, foram tempos de intensas disputas para fazer valer, ampliar ou retroceder o que a Constituição demarcava. A morte inesperada de Tancredo Neves, um político conservador, daria o comando da nação a José Sarney, a figura que teve o papel de dirigir o partido que deu a aparência legal à ditadura civil-militar. Seu governo (1985-1990) demarca um período de instabilidade e desajuste econômico explicitado pela hiperinflação, de um lado, e mudanças de moeda e sucessivos planos econômicos, de outro.(GARCIA, 2018, p. 20)

A regulamentação da política de educação ocorreu pela Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e também explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação. Lei 9.394/96 Art. 4º:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VIII — atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No que se refere à educação superior, a legislação autoriza que ela seja ministrada por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, condicionadas ao reconhecimento de cursos, credenciamento das instituições e processo periódico e regular de avaliação. A assistência estudantil na educação superior foi

regulamentada anos mais tarde.

No ano 2000, o FONAPRACE articulou junto ao Congresso Nacional a inclusão da assistência estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE). As sugestões do FONAPRACE foram agregadas ao PNE, que foi aprovado em 2001. Estar no PNE não foi suficiente para garantir a efetivação da assistência estudantil.

Em 2003, ocorre um processo de reestruturação e expansão das universidades públicas brasileiras, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que teve como proposta a ampliação das condições de acesso e permanência na educação superior, o que provocou o reconhecimento da assistência estudantil como uma necessidade.

Em 2010, foi assinado o Decreto nº 7.234, que atribui força de lei à Assistência Estudantil, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em seu artigo 1º informa que a finalidade primeira do referido programa é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” e salienta, em seu artigo 4º, que os Institutos Federais, apesar de não ofertarem apenas curso superior, também são abrangidos por esta legislação

[...] as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

A assistência estudantil, tanto no âmbito das Universidades Federais como nos Institutos Federais, ganhou status de política pública no território nacional, tendo garantida regulamentação, fonte orçamentária própria e orientações sobre as ações pertinentes a esta política. Essas foram normatizações importantes para fortalecer o direito à educação. Os objetivos estabelecidos no PNAES contribuíram para o reconhecimento da assistência estudantil, nas Instituições Federais de ensino, como um direito e superar o caráter assistencialista, historicamente atribuído às ações desenvolvidas.

Estando atrelada com a Política Nacional de Educação, o Programa de Assistência Estudantil é uma Política Social aplicada nas políticas educacionais como uma ferramenta que busca criar um padrão de igualdade entre os estudantes. Pode ser definida como um conjunto de políticas voltadas para a permanência de estudantes nos espaços educacionais. A Assistência Estudantil é entendida numa

perspectiva da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (MEC, 2023)

2.1 Estrutura do Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG

Ao longo da história, o ensino profissionalizante sofreu diversas modificações e desenvolveu identidades institucionais a cada contexto. A criação de uma Rede Federal de Ensino Profissionalizante acontece no Governo de Nilo Peçanha, através do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, que dispõe sobre as Escolas de Aprendiz e Artífices. (BRASIL, 1909). Sobre a trajetória da educação profissional brasileira, GARCIA, DORSA, OLIVEIRA e CASTILHO (2018) destacam que, no período imperial, a formação dos trabalhadores eram ofertadas por instituições filantrópicas e religiosas. A educação profissionalizante executada neste período possuía um viés “compensatório e assistencialista”(GARCIA; DORSA; OLIVEIRA; CASTILHO. 2018, p. 6) e tinha como finalidade atender a parcela da sociedade considerada pobre e desocupada e outra dimensão relacionada ao trabalho artesanal, “os cursos eram divididos nas matérias de ciências aplicadas e artes”(GARCIA; DORSA; OLIVEIRA; CASTILHO. 2018, p. 5). De Escolas de Aprendiz e Artífices transformou-se em Liceus profissionais, posteriormente Escolas Industriais e Técnicas; Escolas Técnicas; Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em dezembro de 2008, após muitos debates do Senado com o Projeto de Lei da Câmara n. 70/2005, permitindo à União criar novas unidades de Educação Profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal, acontece o maior processo no âmbito da educação profissional brasileira, a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), que traz em seu bojo a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Segundo Costa e Marinho (2018) o projeto de lei dos IFs teve, na sua apresentação passando por diversas audiências, na Câmara dos Deputados e passando pelo Senado Federal, uma duração de cinco meses. “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a Rede

Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal”(GARCIA; DORSA; OLIVEIRA; CASTILHO. 2018, p. 11)

Chegando na particularidade do objeto de estudo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), se trata de uma instituição pública de ensino, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, oferta cursos técnicos e superiores e possui uma Reitoria (unidade administrativa) em Belo Horizonte, além de *campi* em 18 cidades. “A Instituição está entre as 38 criadas no país pela Lei nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008” (MEC, 2020, p. 2)

A fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, a partir de 2011 foi implementado o Programa de Assistência Estudantil do IFMG (PAE), Programa tem por objetivo “assegurar a permanência dos discentes matriculados nos cursos ofertados pelo IFMG, com fins de reduzir e minimizar a evasão motivada pela falta ou insuficiência de recursos financeiros e viabilizar a igualdade de oportunidades” (MEC, 2020, p. 2)

A Assistência Estudantil destina-se aos estudantes matriculados na Rede EPCT, independente da modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendendo vulnerabilidade Social como: “processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial” (IFBA, 2014)

Para a concessão destes recursos o discente deve comprovar sua situação socioeconômica que será identificada e avaliada pelo Núcleo de Assistentes Sociais do instituto (NASIFMG). O PAE IFMG segue as diretrizes da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tratam do PNAES e a instrução normativa vigente. (MEC, 2020, p. 2)

Com a implementação da Política de Assistência Estudantil, a instituição se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política (MEC, 2020, p. 2)

Considerando as atribuições regulamentadas por cada categoria, na distribuição interna dos recursos, a instituição deverá estabelecer como critério a divisão por número de matrículas juntamente com indicadores de vulnerabilidade territorial do *campus* e seu entorno, tais como Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH)⁷, Coeficiente de GINI⁸, PIB per capita⁹, Renda da Vasta Maioria (RVM), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), entre outros. Tornar sistemática a discussão sobre a assistência estudantil na rede EPCT, sugerindo criação de Fórum de Assistência Estudantil, em articulação com outros fóruns afins desta rede.

Na regulamentação própria para concessão dos benefícios da Assistência Estudantil de cada instituição deve-se observar: o recurso financeiro deverá ser utilizado prioritariamente para o atendimento aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social. Extinção da contrapartida de trabalho do estudante como requisito para o repasse financeiro de auxílios. O atendimento aos estudantes oriundos de outros estados por adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que pelas condições socioeconômicas apresentarem necessidades para recebimento de auxílios.

A Diretoria de Assuntos Estudantis é a unidade organizacional responsável por planejar, desenvolver, orientar e monitorar a Política de Assistência Estudantil do IFMG, que deverão ser desenvolvidas pela equipe interdisciplinar do setor. A Coordenação de Assistência Estudantil ou equivalente dos *campi* deverá estabelecer um Plano de Trabalho para o planejamento anual de ações, orientadas pelas áreas estratégicas estabelecidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil, devendo ser consideradas as especificidades de cada *campus* e o público atendido por esta Política.

Os programas de caráter socioeconômico serão implementados através de repasse financeiro ao estudante ou em prol dele, no caso da Moradia Estudantil e/ou Isenção de pagamento no Restaurante Escolar e/ou equivalente, sem prejuízo a criação de outras modalidades de atendimento que atendam ao Decreto 7.234/2010. (IFMG, 2020, p. 7)

No âmbito do IFMG serão desenvolvidos os seguintes programas de caráter socioeconômico: bolsa permanência, alimentação, moradia, auxílio emergencial.

O Programa de Bolsa Permanência consiste em auxílio financeiro, depositado na conta bancário do (a) estudante que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência dos estudantes no IFMG,

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da ONU. (GOV, 2023)

⁸ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. (IPEA, 2004)

⁹ O PIB per capita é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais. (IPEA, 2023)

possibilitando a integralização do curso. O programa dispõe de quatro modalidades de bolsas, de acordo com o perfil dos estudantes, com período de vigência de até 10 parcelas - podendo ser prorrogado por igual período, havendo disponibilidade financeira do campus: Bolsa Permanência 01 ; Bolsa Permanência 02; Bolsa Permanência 03; Bolsa Permanência 04. “Os valores das Bolsas Permanência serão escalonados de modo a atender diferentes perfis de vulnerabilidade social e seus valores serão definidos em Instrução Normativa publicada pela PROEN.” (MEC, 2020, p. 8)

O programa de alimentação consiste no apoio financeiro, em caráter complementar, às atividades de concessão de refeição gratuita nas unidades do IFMG aos estudantes elegíveis ao Programa de Assistência Estudantil.

O Programa de Moradia Estudantil compreende a concessão de vagas em alojamento para os campi que já dispõem desta estrutura. A vaga na moradia será concedida prioritariamente aos estudantes cujo núcleo familiar resida fora do município do campus.

“O quantitativo de bolsas ofertadas será de acordo com a análise socioeconômica realizada pelo NASIFMG e a disponibilidade orçamentária de cada *campus*.” (IFMG, 2020, p. 7)

Podem ser atendidos pelos programas de caráter socioeconômico: estudantes regularmente matriculados e frequentes em pelo menos 03 disciplinas dos cursos presenciais técnicos ou superiores de graduação do IFMG, prioritariamente estudantes que possuam renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo e/ou oriundos da rede pública de educação básica. [...] Para a concessão das bolsas aos estudantes contemplados, deve-se levar em consideração a estrutura que cada *campus*/município disponibiliza para o apoio a permanência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte, além das particularidades referentes ao IDH e o custo de vida de cada região no qual o *campus* está localizado (IFMG, 2020, p. 8).

2.2 Desafios enfrentados para efetivação do PAE.

Com as novas facetas do neoliberalismo, no período de 2019 a 2022, o repasse de recursos para a assistência estudantil tem oscilado. No que se refere ao montante, percebemos um aumento dos recursos nos primeiros anos de implementação do PNAES e uma queda após 2019, ver tabela 1 e 2.

Ao analisar uma política social é preciso ter em mente que essas políticas são elementos de um processo complexo e contraditório’ (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Assim, defendemos que analisar uma política é ir além de metodologias quantitativas que estão mais preocupadas em medir a eficiência e eficácia, é buscar compreender o significado do papel do Estado e das classes sociais na construção de direitos (BOSCHETTI, 2009. *Apud* SURDINE, 2020, p. 20).

Fundada na intenção de fazer ajustes fiscais para reequilibrar as contas do país quando as finanças se encontram fora de ordem, a partir das crises que levaram os países europeus e latino-americanos a um grande endividamento, a política de ajuste fiscal, este advindo desde 1980, e em 2015 no Governo Dilma, foi sendo aplicado em seu plano até sofrer um golpe de estado e seu vice-presidente Michel Temer assumir a presidência em 2016.

No mesmo ano, Temer aprovou a Emenda Constitucional (EC) nº. 95, conhecida como Teto de Gastos, que implantou um Novo Regime Fiscal (NRF) no país, um plano que deixou ainda mais desfavorável o financiamento das políticas sociais. Com a intenção de reduzir os gastos públicos e reduzir o papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social, estipula limites para despesas primárias.

A EC 95 já iniciou desestabilizando o MEC, deixando um recurso que já era insuficiente ainda menor. Nessa perspectiva, os recursos que são destinados às políticas públicas e sendo mais preciso, ao PNAES, também sofreram alterações, cortes estes que afetaram o cumprimento das metas e objetivos que constam no decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010.

Pensando no IFMG, que contém cursos de nível superior, é também uma escola técnica que oferta cursos técnicos integrados presenciais, que exigem que os alunos matriculados cumpram uma carga horária bem maior que engloba tanto o curso técnico quanto o médio. Nessa lógica, observa-se que os alunos de baixa renda¹⁰ necessitam de recursos maiores para se manterem na instituição. É aí que entra o PNAES, com o objetivo de orientar o desenvolvimento das ações capazes de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes na educação pública federal.

As ações do programa são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento. A política de Assistência Estudantil é executada com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 2994, que trata da Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica, do PNAES e outros programas e ações que converjam para a efetividade da assistência estudantil. Como podemos observar acima, o quantitativo de bolsas se dá através da disponibilidade orçamentária, o que obviamente acarreta

¹⁰ São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo (SEDES, 2023)

na quantidade de bolsas ofertadas e de seu valor monetário, por cada *campus*. Devido aos contingenciamentos, o número de contemplados que era pra ser crescente, se torna decrescente.

Na tabela 1 podemos observar o orçamento escasso que é realizado desde o governo de Dilma, como descrito acima, após a implementação do teto de gastos, o comparativo entre a porcentagem da parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida pública e a parcela destinada à assistência estudantil dos IFs no período de vigência de seu governo e parte dele comandado por Temer, desde o início da EC 95, valores estes que não mudaram atualmente.

Tabela 1: Comparativo entre a parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida pública e a Parcela destinada à Assistência estudantil dos IFs de 2012 a 2018.

Ano	Valor Executado - em reais	Parcela destinada ao pagamento da dívida	Parcela destinada a de Política Educação.	Parcela destinada a Assistência estudantil nos IFs
2012	1,712 trilhão	43,98%	3,34%	0,013%
2013	1,783 trilhão	40,30%	3,70%	0,016%
2014	2,168 trilhões	45,11%	3,73%	0,018%
2015	2,268 trilhões	42,43%	3,91%	0,019%
2016	2,572 trilhões	43,90%	3,70%	0,018%
2017	2,483 trilhões	39,70%	4,10%	0,018%
2018	2,621 trilhões	40,66%	3,62%	0,018%

Fonte: SURDINE, Mônia. O Financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) No Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes): Entre ganhos, perdas e lutas. Vitória, 2020, p. 54.

Abaixo, na tabela 2, damos continuidade à tabela acima (tabela 1), descrevendo o período proposto neste trabalho, 2019 a 2022, com o comparativo entre o orçamento destinado ao pagamento da dívida pública e a parcela destinada à assistência estudantil dos IFs.

Tabela 2: Comparativo entre a parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida pública e a Parcela destinada à Assistência estudantil dos IFs de 2019 a 2022.

ANO	Valor executado em reais	Parcela destinada ao pagamento da dívida pública	Parcela destinada a Política de educação	Parcela destinada à Assistência Estudantil nos IFs. (Ação 2994)
2019	R\$ 2.711 trilhões	38,27%	3,48%	0,014%
2020	R\$ 3.535 trilhões	39,08%	2,49%	0,010%
2021	R\$ 3.861 trilhões	50,78%	2,49%	0,008%
2022	R\$ 4.060 trilhões	46,30%	2,70%	0,010%

Fonte: Elaborado pela autora, 2023, com base em informações do site Auditoria Cidadã da Dívida – Valor executado, parcela destinada à dívida e parcela destinada à educação e do site MTO - Painel do Orçamento Federal.

Sendo assim, a falta de orçamento acarreta na efetivação não só das políticas públicas, mas também das normativas e resoluções, que possuem os objetivos do programa de assistência estudantil e da oferta de modalidades. Nem todas as instituições possuem todos os auxílios, isto por levar em consideração a análise do território e as condições para verificar quais modalidades irão atender melhor aquele *campus*. Se o objetivo do programa é favorecer a permanência do discente, com fim a reduzir a evasão motivada pela insuficiência de recursos financeiros, como poderá garantir a permanência do estudante com a baixa dos orçamentos para essa política? Mesmo sabendo que o *campus* necessita de tal auxílio, por vezes, ele é extinto por falta de orçamento público, o que dificulta a vinda e a permanência do discente na instituição.

A realidade nos impõe sempre a pensar sobre o tipo de sociedade que visamos quando educamos. Visamos a uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos; ou visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos? Nós nos colocamos, na segunda posição que, em síntese, persegue a construção de uma sociedade justa e integradora (RAMOS. 2008, p. 1)

Muitas questões norteadoras perpassam pelo pensamento ao olhar para o objeto de pesquisa. Quais os rumos da PAE diante de um cenário de redução dos recursos? Quais áreas do PNAES o IFMG se propõe a atender? Quais atendem de fato? Como é feita a distribuição dos recursos por Instituto Federal e entre os *campus*? Em meia pandemia, qual a posição do PAE diante a redução de custos? Diante de tantas inquietações é preciso aprofundar o conhecimento sobre o financiamento da política de assistência estudantil no IFMG.

Para dar continuidade na discussão, um período marcante se destaca nesse processo, entre 2019 e 2022, onde o atual governo brasileiro dá um passo às primeiras medidas adotadas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que foram contra direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e estudantes. O cenário é parecido no âmbito das Universidades Públicas.

Em 2021, o governo de Jair Bolsonaro reduziu 18,16% do orçamento discricionário das 69 universidades federais do país em relação a 2020 (que já era baixo), o que representou um corte de cerca de R \$1 bilhão. Com isso, muitas dessas instituições não têm conseguido sequer pagar suas contas regularmente. Apenas em políticas de assistência estudantil, que garantem a permanência de alunos de baixa renda nas universidades, foram cortados R \$177 milhões, o que afeta os cerca de 50% dos matriculados nas universidades federais que pertencem a esse estrato social (APUB SINDICATO, 2022. *Apud*, ADURN, 2023).

Sobre o fundo orçamentário do governo, — entendendo fundo público como “um fundo especial que tem seus recursos alocados no orçamento e suas receitas provenientes de tributos e outras receitas públicas” (COSTA, 2012; STN, 2010. *Apud* SALVADOR; OLIVEIRA. 2014, p.17) — toda a extração de recursos da sociedade como impostos e taxas, principalmente da mais-valia, são destinados ao financiamento dos projetos, programas, saúde, educação etc. Sendo assim, à medida que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, podemos observar para qual “classe ou fração de classe recai o maior ou o menor ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos.” (SALVADOR; OLIVEIRA, p.18, 2014). Sendo assim, concentra-se

[...] mais em impostos sobre consumo e menos sobre renda e patrimônio, o que além de injusta, torna a arrecadação extremamente volátil, vinculada aos ciclos econômicos: se o país cresce, há um aumento mais do que proporcional na arrecadação; e, em cenários recessivos ou de baixo crescimento, há queda expressiva da receita tributária. (DIEESE. 2023, p. 4)

É evidente que a classe majoritária é a que tem refletido as decisões tomadas pelo governo. Havendo distribuição desigual da arrecadação pública¹¹, atinge diretamente o IFMG, a população e os programas do governo, sendo que outra consequência é a alta inflação.

A escolha do programa a ser implementado pelo Estado e dos objetivos de política econômica e social reflete os interesses das classes, envolvendo

¹¹ Para atender às necessidades da sociedade, o governo precisa prestar serviços e realizar obras - o que exige gastos. Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação, saneamento, etc. Para poder fazer isso, o governo precisa arrecadar dinheiro e faz isso de diversas maneiras. Essa arrecadação vem de impostos, de aluguéis e venda de bens, prestação de alguns serviços, venda de títulos do tesouro nacional, recebimento de indenizações. (BRASIL, 2023)

negociações de seus representantes políticos, na qual o orçamento é expressão das suas reivindicações. (SALVADOR; OLIVEIRA. 2014, p. 18). Assim, a decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte dos recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas, refletindo a correlação de forças sociais e políticas atuantes e que têm hegemonia na sociedade (OLIVEIRA, 2009. *Apud* SALVADOR; OLIVEIRA, 2014, p. 17).

No ano de 2019, primeiro ano de vigência do governo de Bolsonaro, desde então as atitudes tomadas pelo seu governo foram dando continuidade ao governo anterior de Temer, onde se adota medidas que desestabilizam a sociedade e causa instabilidade nas instituições de ensino com os diversos contingenciamentos ao longo do período.

No Quadro 1 é possível ver alguns decretos que foram publicados nesse período, instabilidades causadas por contingenciamentos e descontingenciamentos.

Quadro 1: Decretos do contingenciamento e descontingenciamento

DECRETO	DISPÕE	INSTABILIDADE
DECRETO Nº 9.741, DE 29 DE MARÇO DE 2019	Altera o decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.	CONTINGENCIAMENTO
DECRETO Nº 10.119, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019	Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019.	DESCONTINGENCIAMENTO
Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2021.	TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:44149 ; p. 58	DESCONTINGENCIAMENTO
DECRETO Nº 11.086, DE 30 DE MAIO DE 2022	Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022.	CONTINGENCIAMENTO
DECRETO Nº 11.216, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022.	CONTINGENCIAMENTO

Fonte: Elaborado pela autora a partir das publicações no diário oficial e das notícias publicadas pelas Universidades Federais, 2023.

Na primeiro contingenciamento, após várias críticas, foi estendido para todas as universidades e institutos federais, sob o argumento de necessidade econômica. De acordo com as notícias publicadas em 2019¹²,

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou, no final de abril, uma parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino. O corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Segundo o MEC, a medida foi tomada porque a arrecadação de impostos está menor do que o previsto, e o dinheiro pode voltar às universidades caso ela suba. Esse bloqueio de verbas se chama “contingenciamento”, atinge todos os ministérios e já foi aplicado em outros anos. (G1, 2019)

¹²Ver

mais em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>

Analisando o período posto em tema e colocando aqui valores em reais do ano de 2019, o IFMG teve como disposição o valor total de R\$396.5 milhões, sendo apenas R\$9.1 milhões destinados à assistência estudantil para todos os programas, de acordo com o Relatório de Gestão de 2019, tirando recurso para os alojamentos que tiveram R\$2.2 milhões a mais. O valor empenhado não foi o suficiente para atender todas as demandas que apareceram para as instituições, pois, cada campus se orienta baseado na política de assistência estudantil do IFMG (resolução nº 09/2020), que atende os perfis A, B, C e D, mas que prioriza os perfis A e B por ser perfis de grande vulnerabilidade social, e quando há uma disponibilidade maior orçamentária os perfis C e D são atendidos. “Nos campi que possuem restaurante e alojamento, enquanto houver capacidade de oferta nessas modalidades, as mesmas serão priorizadas em detrimento das bolsas permanência” (IFMG. 2020, p. 9)

Apesar da história de cortes orçamentários para as instituições ser antiga, advinda de governos anteriores à Bolsonaro, este período chama atenção para acontecimentos do ano, a pandemia da covid-19, que teve início em março de 2020. Em meia pandemia, as instituições de ensino com seus trabalhos parados no início do ano, pensaram em estratégias para que pudesse manter não só a instituição de pé, mas também quem nela frequenta.

O cenário é fortemente impactado pela queda da atividade econômica, e consequente redução abrupta da arrecadação, e pelo aumento de despesas não previstas no início do ano, ambas em decorrência da pandemia da Covid-19. Em tempos normais, o cenário de retração tributária e ampliação dos gastos implica em limitação das despesas discricionárias – o contingenciamento. Em 2020, esse instrumento foi afastado pela decretação da calamidade pública (MEC, 2020).

O Instituto Federal de Minas Gerais foi uma das instituições que, na política de assistência estudantil, teve sua revogação (resolução nº 3/2019), acrescentando o auxílio emergencial (resolução 09/2020), para atender alunos da rede federal, abrangendo todos os 18 campi que comporta o IFMG. O novo programa veio com a implantação do auxílio inclusão digital emergencial, para aquisição de serviço de internet e/ou computadores, de modo a proporcionar ao estudante as condições necessárias para o desenvolvimento do seu processo formativo no IFMG, durante o contexto de pandemia da COVID -19. Podem ser criados outros auxílios emergenciais, desde que estejam vinculados às ações previstas no Decreto 7.234/10 e se enquadrem em situações de calamidade pública e/ou o poder público tenha decretado estado de emergência.

Nesse período era necessário um recurso bem maior que o fornecido anos anteriores, em 2020 o valor repassado para a assistência estudantil do IFMG foi de R\$9.3 milhões, comparado ao ano anterior que foi de quase 205 mil a menos (Gráfico 1), dentro desses R\$ 9.3 milhões, R\$ 2.2 milhões foram destinados ao auxílio inclusão digital emergencial para atender todos os 18 campi, segundo o relatório de gestão de 2020. Nesse momento de pandemia, o ensino remoto se intensifica nas instituições federais.

Esta modalidade de ensino, presente desde antes do surgimento da Covid-19, está embasada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 2005 (BRASIL, 2005) e posteriormente pelo Decreto nº 9.057, de 2017 (BRASIL, 2017). Os argumentos para a regulamentação do ensino a distância, dentre outros, eram os de “democratização” do ensino superior. Na pandemia, os argumentos são de “diminuição das desigualdades e manutenção de vínculos”. O que se observa é a generalização dessa modalidade e sua preponderância sobre os processos de ensino-aprendizagem, estudantes, professores e professoras. (FARAGE; COSTA; SILVA. 2020, p. 233)

Segundo Farage, Costa e Silva (2021, p. 232) “não está apenas sendo defendido o ensino a distância, mas também o ensino superior privado a partir da diversificação de fontes de financiamento e “melhora” de empréstimos estudantis”.

Em 2021, esse valor decaiu, reduzindo 30% de seu valor, sendo R\$6.6 milhões repassados para a Assistência Estudantil, deste 394 mil destinados ao auxílio inclusão digital, segundo o relatório de gestão de 2021. O auxílio inclusão digital teve fim no ano de 2021.

Em 2022, depois de diversas mobilizações e críticas da população, o governo libera parte do recurso que foi contingenciado e o valor de repasse para a Assistência estudantil sobe para R\$12.536.193,34, segundo o relatório de gestão de 2022.

E mesmo neste quadro de cortes de gastos e contingenciamentos, impostos pelo “Teto de Gastos”, o governo não logrou êxito em cumprir suas metas fiscais. Dessa forma, é possível considerar que o debate sobre o financiamento do Estado e o seu endividamento ficou excessivamente concentrado nas despesas de custeio e investimento, sem observar os outros elementos que atuavam contra a própria melhora das contas públicas, ao derrubar a atividade econômica. (DIEESE. Nota técnica. PLP 93/2023 que trata do Novo Arcabouço Fiscal, p. 2)

A pesquisa feita acima surge no intuito de mostrar a instabilidade que é causada e não se prender a valores. Essa oscilação de valores causa grande instabilidade financeira na instituição, além de causar insegurança por parte dos

estudantes e dos profissionais que também sofrem com a baixa de recursos advindos do governo, pois, como qualquer instituição, visasse uma perspectiva para o futuro, futuro este que vai sendo comprometido a cada ano que passa, pois percebemos que as perdas de recursos para as áreas sociais são bastante expressivas e afeta principalmente a área da educação.

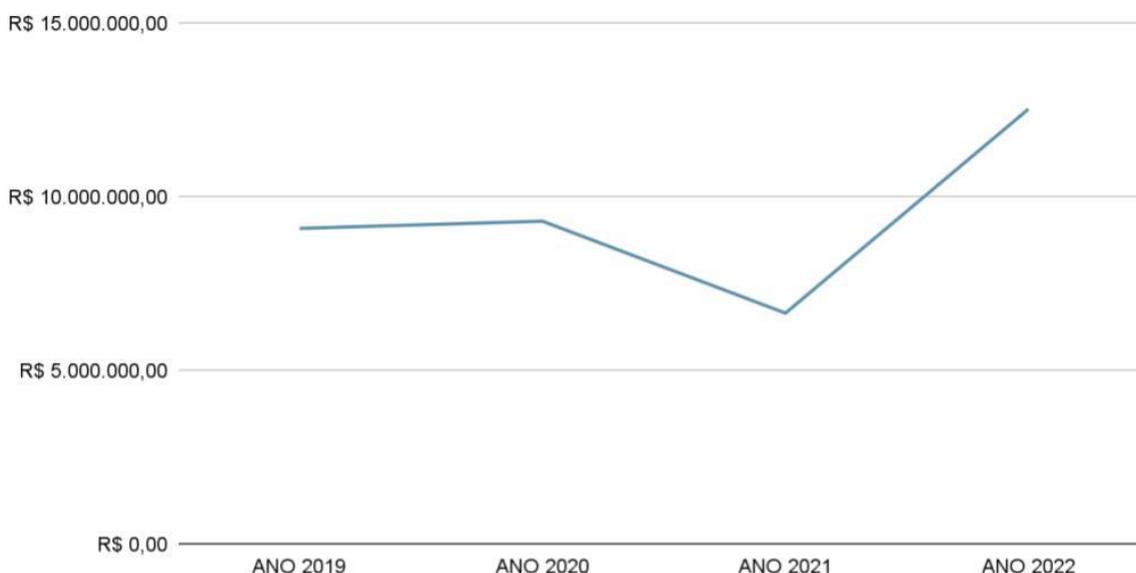
A todo ano é feito um planejamento orçamentário para ser empenhado no ano seguinte, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA), da mesma forma cada instituição se dispõe a elaborar o plano dos programas ofertados de acordo com o quantitativo de alunos que chegam na instituição prevendo o orçamento de acordo com os valores que estão indicados na política. Na política de assistência estudantil, em seu art. 64º diz:

A Pró-Reitoria de Ensino, através da Diretoria de Assuntos Estudantis, deverá atuar no planejamento institucional além de coordenar, monitorar, avaliar e sugerir alterações na execução das ações de Assistência Estudantil do IFMG a fim de atingir melhores resultados qualitativos com os recursos disponibilizados. Parágrafo Único - A Coordenação de Assistência Estudantil ou equivalente do campus deverá cumprir as orientações do plano institucional, além de coordenar, monitorar, avaliar e sugerir alterações na execução das ações de Assistência Estudantil do campus (IFMG, 2020, p. 15).

De uma forma geral, o IFMG tem adotado estratégias elaborados em metas, como registrado no Relatório de Gestão, para poder atender os alunos mesmo que não fosse possível cumprir com o que é estabelecido na política de assistência estudantil, adotando sempre a melhor opção para que evite a evasão escolar dos alunos na modalidade presencial. Abaixo contém os gráficos com empenho dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022, para a assistência estudantil do IFMG:

Gráfico 1: Valores destinados à Assistência Estudantil do IFMG.

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMG (valores em milhões)



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações prestadas pela Reitoria do IFMG, e do Relatório de gestão do IFMG, 2023.

Para fazer análise da Política de Assistência Estudantil na conjuntura atual é necessário entender que as políticas sociais são elementos complexos e contraditórios. A análise se faz necessária para obtenção de resultados vinculados aos programas de caráter socioeconômico, o qual tem sofrido grande impacto quanto ao recurso.

Assim, defendemos que analisar uma política é ir além de metodologias quantitativas que estão mais preocupadas em medir a eficiência e eficácia, é buscar compreender o significado do papel do Estado e das classes sociais na construção de direitos (BOSCHETTI, 2009 *apud* SURDINE, 2020, p. 20).

2.3 Financiamento do PAE: Desafios enfrentados na Assistência Estudantil do IFMG Campus Ouro Preto.

Nesta transição de Escolas de Aprendizes e Artífices¹³ até se transformar em Centros Federais de Educação Tecnológica - Ouro Preto (CEFET), esta passa a ofertar cursos superiores de tecnologia. No campus Ouro Preto, a princípio, foram criados os cursos técnicos de Mineração e Metalurgia, por iniciativa de professores

¹³ “A Escola de Aprendizes Artífices surge da tentativa de se romper com a lógica de uma educação para os “desvalidos”, que esteve impregnada na educação profissional do Brasil por muitos anos” (SUETH et al, 2009 *Apud* SURDINE, 2020, p.78)

da Escola de Minas. As atividades letivas tiveram início, de fato, em maio de 1944. Assim, em 2008 o CEFET Ouro Preto participa de uma chamada pública do Ministério da Educação, une-se a outras duas escolas federais, o CEFET Bambuí e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, formando, assim, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, o IFMG. O Decreto nº 6.986, regulamenta os arts. 11, 12 e 13 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos. Neste mesmo ano, a escola de Ouro Preto passa a integrá-lo como *campus*. O território reconhecido pela exploração das mineradoras influenciou na definição dos cursos que deram início à instituição. A procura por mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, neste contexto, era significativa.

Adentrando sobre o orçamento da Assistência Estudantil do campus Ouro Preto, o recurso destinado para este fim é dividido entre as ações que envolvem o setor de Assuntos Estudantis como: acompanhamento e Suporte ao Ensino; assistência à Saúde do Estudante; incentivo à Participação Político Acadêmica, Cultural e Esportiva; apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas; ajuda de custo para participação em Visitas Técnicas e Participação em Eventos; Pagamento de bolsas de monitoria para disciplinas dos cursos técnicos e superiores; Pagamento de bolsistas de apoio a projetos desenvolvidos pela Assistência Estudantil (Eventos, Editais, Concursos etc.); bolsa permanência; alimentação; moradia e auxílio emergencial.

Levando em consideração a participação no IFMG *campus* Ouro Preto, enquanto estagiária¹⁴ da Assistência Estudantil, foi observado que entre os benefícios que fazem parte da política, o mais afetado com os contingenciamentos do governo são os auxílios de caráter socioeconômico, que ofertam a bolsa permanência, alimentação, moradia e por um tempo durante a pandemia da covid-19, o auxílio emergencial- inclusão digital.

¹⁴ A estagiária do Serviço Social, no setor de Assuntos Estudantis do IFMG *Campus* Ouro Preto, observa e realiza atividades e intervenções designadas ao Assistente Social, conforme previstas nas legislações e normativas que respaldam a atuação desta categoria profissional e da estagiária. Importante ressaltar as regulamentações previstas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social, entre outros órgãos responsáveis por orientar, regulamentar e respaldar a atuação e formação no âmbito do Serviço Social. O período de estágio na instituição foi de 1 ano, contabilizando três semestres da faculdade (6º, 7º e 8º), sendo este remunerado.

Para o estudo do financiamento de uma política social, Fagnani (1998) aponta uma metodologia para a análise crítica do financiamento de políticas sociais. O autor orienta que para estudar o financiamento é preciso considerar a direção e relevância do gasto orçamentário a partir de três aspectos: o montante do gasto com a política social, sendo importante comparar o valor previsto e o valor gasto; a direção do gasto social, que informa a divisão do recurso entre as ações propostas pela política social em análise; e por último a magnitude do gasto social, que corresponde a dimensão do gasto na totalidade, e se os recursos são ou não compatíveis com as necessidades sociais (SURDINE, 2020 p. 21).

Durante este período (2019-2022), a partir das queixas dos profissionais que compõem o setor, foi observado que os recursos destinados para a assistência estudantil do campus têm oscilado. De maneira geral, semestralmente é feito um comparativo entre as bolsas ofertadas e o número de alunos contemplados com os auxílios socioeconômicos. As informações são encaminhadas para a Reitoria, através de ofício anexado a um processo, para que sejam inseridas no relatório de acompanhamento da execução orçamentária, previsto na Portaria da Secretaria de Orçamento Federal n. 103, de 19 de outubro de 2012, que foi instituído com os objetivos de promover a transparência na utilização dos recursos públicos para a sociedade, gerar informações que possibilitem o aperfeiçoamento das ações orçamentárias e subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, com informações relativas ao físico e ao financeiro das ações e planos orçamentários com produto definido.

No artigo 60º da Política de Assistência Estudantil do IFMG (2020, p. 14) é afirmado que: “O processo seletivo de bolsas de caráter socioeconômico do ano anterior deverá ser considerado para a descentralização dos recursos da assistência estudantil no âmbito do IFMG.” Esse quantitativo é enviado para reitoria, para que no ano de vigência do próximo edital de bolsas, já estejam com os valores definidos e encaminhados. O quantitativo encaminhado à reitoria se refere a quantidade gasta no ano, sem levar em consideração que, o valor destinado aos estudantes contemplados pelo auxílio permanência naquele ano foi inferior ao valor estabelecido na política, ou seja, é enviado o quantitativo a partir do baixo valor repassado advindo dos contingenciamentos. Com isso, os valores que foram definidos para o próximo ano, continuam sendo escassos.

Sendo assim, entendo que quanto mais alunos no programa, melhor. Pensa-se que dessa forma o governo poderia ter em vista que os casos de vulnerabilidade social têm se intensificado e que o valor repassado não é suficiente para cumprir com o que é estabelecido na política de assistência estudantil. A

política prevê quatro categorias para os auxílios socioeconômicos: categoria A, B, C e D. No momento, a orientação que o núcleo de assistentes sociais seguem para o pagamento da bolsa permanência é: perfil A - valor de R\$400; perfil B - valor de R\$300; perfil C - valor de R\$200 e perfil D - valor de R\$150. Com um orçamento escasso, o valor que tem sido pago para os perfis A e B é de R\$150 e para os perfis C e D, de acordo com a demanda apresentada pelo discente e a análise socioeconômica feita, é deferido apenas o auxílio alimentação.

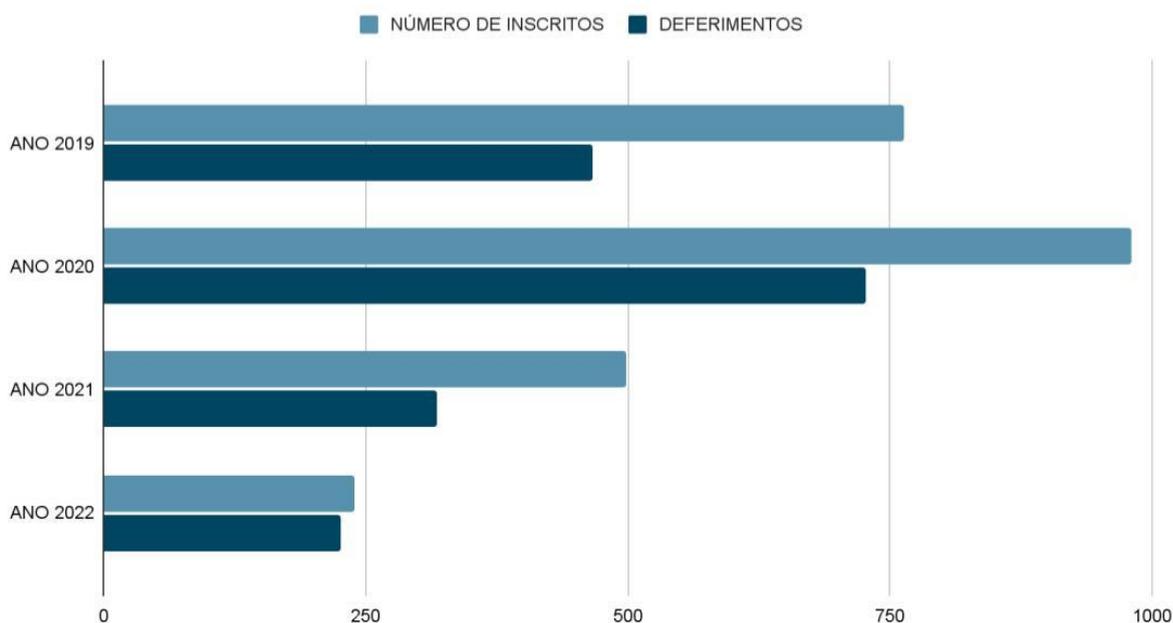
No entanto, pensar na conformação das políticas públicas no neoliberalismo traz, também, os desafios que perpassam os programas sociais do governo, desde o pouco recurso destinado às ações até o formato que se tem conduzido, com caráter seletivo e focalizado.

No artigo 61º da Política de Assistência Estudantil do IFMG (2020, p. 15) afirma que: “Para a divisão orçamentária dos recursos destinados aos estudantes matriculados na modalidade presencial serão considerados, para a divisão do orçamento de cada ano, os perfis A e B apurados de cada campus através do processo de seleção das bolsas de caráter socioeconômico do ano anterior”. Sendo assim, observa-se que a política leva em consideração os perfis mais vulneráveis (A e B), e restringe a contabilização o valor gasto com os outros perfis, que também se enquadram nos critérios socioeconômicos (C e D), mas que não são considerados nesse quantitativo. Para especificar mais esta divergência, no §1º do artigo 61º diz: “90% dos recursos serão descentralizados entre as unidades do IFMG considerando a distribuição dos perfis A e B e o valor dos benefícios de acordo com a seguinte fórmula: $PC = (ECA * BP1 + ECB * BP2) / (ETA * BP1 + ETB * BP2)$. Sendo: PC – Proporção do Campus; ECA – nº de estudantes do campus classificados como Perfil A; ECB – nº de estudantes do campus classificados como Perfil B; ETA – nº de estudantes do IFMG classificados como Perfil A; ETB – nº de estudantes do IFMG classificados como Perfil B; BP1 – valor da Bolsa Permanência 1; BP2 – valor da Bolsa Permanência 2.

No gráfico 2, temos resultados de uma pesquisa quantitativa de alunos contemplados por pelo menos uma das bolsas ofertadas pela assistência estudantil, no programa de caráter socioeconômico, no período de 2019 a 2022.

Gráfico 2: Número de inscritos e deferidos no programa de assistência estudantil do IFMG- campus Ouro Preto

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMG- CAMPUS OURO PRETO



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Sistema de Seleção da Assistência Estudantil (SSAE), 2023.

No ano de 2019 o programa teve 763 inscritos, destes inscritos 466 tiveram seus auxílios deferidos. Dos que tiveram seus auxílios deferidos 40 ficaram como excedentes, ou seja, ficaram na lista de espera da bolsa permanência para que algum dia poderiam ser contemplados, havendo disponibilidade financeira, pois o recurso repassado não deu conta de atender toda a demanda. Nesse ano foi o momento em que os contingenciamentos se intensificaram, e o rebate na assistência estudantil do campus de Ouro Preto foi bem grande com a diminuição dos recursos e pagamento de menor valor para os discentes.

Já no ano de 2020, período pandêmico em que os estudantes realizavam suas atividades remotamente, houve uma alta na quantidade de inscritos, pois, foram ofertados editais com um novo auxílio, o auxílio inclusão digital que, como já mencionado no subcapítulo acima, tinha por finalidade realizar o processo de seleção dos candidatos para receber Auxílio de Inclusão Digital Emergencial para aquisição de serviço de internet e/ou computadores, de modo a proporcionar ao estudante as condições necessárias para o desenvolvimento do seu processo formativo no IFMG durante o contexto de pandemia da COVID -19. Foram 980

inscritos no programa, destes, 727 tiveram seus auxílios deferidos e não houve nenhuma inscrição em excedente.

Mesmo que nesse ano o quantitativo se mostra mais positivo do que em outros anos, com baixa nos gastos em alimentação e moradia, por outro lado, as questões psicológicas e financeiras de cada aluno se agravaram. De acordo com a pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020), famílias com crianças ou adolescentes foram as mais impactadas pela crise provocada pela Covid-19 no Brasil, sendo que mais da metade da população (55%) teve decréscimo na sua renda familiar durante o período da pandemia, proporção que chega a 63% entre os que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. “É fundamental reafirmar que a pandemia de Covid-19 não produziu uma crise econômica, o que fez foi intensificar os efeitos de uma crise existente, efeitos esses sentidos fortemente sobre os ombros da classe trabalhadora” (FARAGE; COSTA; SILVA. 2021, p. 232)

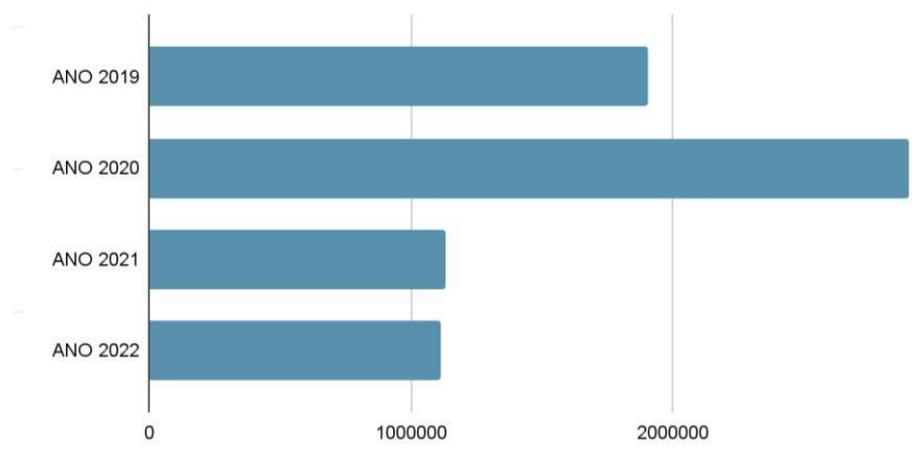
Em 2021 o novo auxílio se manteve, mas houve uma baixa nas inscrições para o programa, apenas 498 alunos se inscreveram nos editais, tendo 318 inscrições deferidas, sendo destes 27 excedentes. E em 2022, o caso se agrava diminuindo ainda mais a quantidade de inscritos no programa com 239 inscritos, com 226 deferimentos e 49 excedentes. Das inscrições que ficam excedentes para a bolsa permanência, tais alunos recebem pelo menos a bolsa alimentação que é o que o recurso consegue garantir para todos os estudantes inscritos dentro da categoria prevista na política, com uma ou duas refeições gratuitas no restaurante da instituição. Destarte, podemos perceber que o programa que visa manter a permanência dos alunos na instituição aos poucos vai sendo menos procurado.

Assim, entendemos que a assistência estudantil vem permeada pelo viés neoliberal, uma vez que atende a um público específico e possui um limite orçamentário que não permite o acesso de todos os estudantes que possuem o perfil para inclusão nos programas. (SURDINE, 2020, p. 49)

Abaixo, no gráfico 3 temos os valores que foram repassados para a Assistência Estudantil do campus Ouro Preto.

Gráfico 3: Orçamento da Assistência Estudantil IFMG campus Ouro Preto

LOA - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL IFMG CAMPUS OURO PRETO



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações da coordenadoria de suprimentos do IFMG campus Ouro Preto, 2023.

Ainda, continuo destacando a instabilidade causada nesse período, uma grande oscilação no orçamento tem sido prejudicial as ações para a assistência estudantil do campus Ouro Preto. Em 2019 o valor pago para o setor de Assuntos estudantis foi de \$ 1.903.697,88; em 2020 o valor foi de \$ 2.898.861,00; no ano de 2021 o valor foi de \$ 1.133.297,12 e 2022: \$ 1.116.476,00.

Por fim, abaixo temos a tabela 3 que exemplifica todos os orçamentos aqui mencionados, advindo do orçamento geral do governo federal para os IFs e posteriormente para o *campus* Ouro Preto.

Tabela 3 - Valores advindos do orçamento geral do governo federal destinados aos IFs, IFMG e para o IFMG- campus Ouro Preto.

Ano	Valor executado para a Assistência Estudantil dos IFs (R\$)	Parcela destinada para o IFs a partir do valor do orçamento do governo federal(%)	Valor executado para a Assistência Estudantil do IFMG (R\$)	Parcela destinada para o IFMG a partir do valor do orçamento do governo federal(%)	Valor executado para a Assistência Estudantil do IFMG- Campus Ouro Preto (R\$)	Parcela destinada para o IF-OP a partir do valor do orçamento do governo federal(%)
2019	391.602 milhões	0,014%	9.100 milhões	0,00032%	1.903.697 mil	0,000066%
2020	355.736 milhões	0,010%	9.308 milhões	0,00026%	2.898.861 mil	0,000081%
2021	324.197 milhões	0,008%	6.659 milhões	0,00016%	1.133.297 mil	0,000027%
2022	421.171 milhões	0,010%	12.536 milhões	0,00029%	1.116.476 mil	0,000025%

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do site Auditoria Cidadã da Dívida – Valor executado, parcela destinada à dívida, do site MTO - Painel do Orçamento Federal, orçamento para a assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, informações prestadas pela Reitoria do IFMG solicitadas por e-mail, Relatório de Gestão do IFMG e da coordenação de suprimentos do IFMG campus Ouro Preto, 2023.

Contudo, é preciso destacar que, a educação é uma das partes mais importantes para o sistema capitalista, é através dela que o capital mantém sua ordem, deixando aqueles que vivem a cegas desprovido de informações e contradizendo suas ações neoliberais com o desenvolvimento de programas de caráter seletivo abrindo brechas para reprodução histórica das “concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis”(BARBOSA, 2009, p. 38), expressando cada vez mais o descaso com área social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, ao analisar período proposto voltado ao financiamento/orçamento da Política de Assistência Estudantil, podemos perceber que os desafios são vivenciados não só pelos alunos, mas também pelos profissionais, gestores, e principalmente as instituições como um todo, que a cada recurso contingenciado ficam a um triz de fecharem as portas. Podemos considerar também que, a gestão do recurso não é baseada na demanda que os estudantes apresentam, pois, o recurso não condiz com o que realmente deveria ser empenhado.

Visando um futuro promissor que vem sendo colocado pelo atual governo (2023), com a substituição da EC 95 pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF) ou Novo Regime Fiscal (NRF), “o governo buscou um ajuste que não fosse somente pelo corte de despesa e procurou proteger as despesas obrigatórias, como saúde e educação, ao retirá-las dos limites impostos pelo novo arcabouço” (DIEESE, 2023, p. 10). Mas, mesmo com um objetivo positivo, ainda sim, nos gera incertezas sobre a efetivação do NAF, a partir do momento em que o Brasil ainda vive com o baixo desenvolvimento econômico e a proposta do NRF é de um crescimento econômico bem sucedido, como todo regime fiscal, a intenção é a mesma, o que gera preocupação para os próximos anos. “No geral, e isso certamente ainda permanecerá como objeto de disputas políticas, o NRF continua sendo uma camisa de força menos apertada, mas da mesma natureza que o “Teto de Gastos”(DIEESE, 2023, p. 16)

E as perdas dos recursos para as políticas públicas que já são bastante expressivas, irão continuar graves com o passar dos anos, caso a nova proposta não seja cumprida. E certamente, sem a mobilização dos profissionais, da comunidade e estudantes, que no caso são os usuários dessa política, continuará tendo grande baixa no investimento das políticas públicas e, também, para novos projetos e programas na área social. “A possibilidade de aumento do financiamento da educação acima do mínimo previsto na constituição só será possível se outros gastos sociais forem reduzidos, transferindo assim os valores” (ROSSI, OLIVEIRA, ARANTES, 2017 *Apud* SURDINE, 2020, p. 53).

Assim, insistimos que para ter acesso a uma política/programa realmente diferente da que hoje é proposta, que atenda a todos de uma forma universal, somente será possível se rompermos com a lógica do capital. Não se trata de uma tarefa fácil nos dias atuais, e muito menos imediata, mas necessária de ser discutida

e insistida de uma forma crítica. Logo, pensadores sociais do marxismo como Netto e Braz servem como base teórico-metodológica no que se refere a uma análise das crises cíclicas do sistema capitalista, assim como sua superação, que facultaria a realização do socialismo.

Podemos observar que uma cidade histórica como Ouro Preto, que tem um histórico formado no regime de trabalho da escravidão, tem suas gerações perpassadas por toda cidade, principalmente nos bairros periféricos, onde reside a maior parte da classe trabalhadora e as pessoas em situação de precarização de suas condições básicas de vida. É a partir dessas características que se vê necessidade de uma política pública que atenda essa parcela da população. Com os efeitos do capitalismo, a assistência ao estudante, que depende de fontes e recursos para se manter na instituição, é essencial para evitar a evasão do mesmo. “Por isso, pensar a assistência estudantil enquanto instrumento de inserção da classe trabalhadora nos espaços escolares, é um desafio nesse cenário permeado de contradições.” (SURDINE, 2020, p. 60).

Então, a equipe do Serviço Social no IFMG campus Ouro Preto continuará atuando diretamente no enfrentamento às expressões da “questão social” com o objetivo de viabilizar e democratizar o acesso ao programa de assistência estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES. **Salário mínimo deveria ser cinco vezes superior ao aprovado para 2023.** Jan 2023.

APUB SINDICATO. **Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino do Estado da Bahia: Cortes no orçamento dificultam a assistência e extensão nas universidades federais.** Jan. 2022. Disponível em: <http://apub.org.br/cortes-no-orcamento-dificultam-assistencia-e-extensao-nas-universidades-federais/>.

AZEVEDO, Amanda. Educa+brasil: **Keynesianismo.** Julho de 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/keynesianismo>

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BEZERRA, Anselmo; SILVA, Carlos; SOARES, Fernando; SILVA, José. **Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19.** Junho de 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.566, Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.** Setembro de 1909.

_____. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil.** Julho de 1934

_____. **LEI Nº 185 Institue as comissões de salário mínimo.** 14 de Janeiro de 1936.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil,** de 10 de Novembro De 1937

_____. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil.** Setembro de 1946

_____. **LEI Nº 4.024 fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Dezembro de 1961

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil,** de 05 de Outubro de 1988.

_____. **LEI Nº 9.394, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Dezembro de 1996

_____. **LEI Nº 11.892 Institui rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências.** Dezembro de 2008.

_____. Portal da transparência federal. **Execução da receita pública.** Acesso em: agosto de 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica>

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M, A, M. (2016). **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada.

CÂNDIDO. F; JUCÁ S; SILVA. S. Universidade Federal de Itajubá. **A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará.** vol. 8, núm. 6, 2019.

CFESS. **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais: Subsídios para atuação do assistente social na educação.** Acesso em Maio de 2023.

COSTA, Gabriela. Quero bolsa: **Taylorismo-geografia manual do enem.** Julho de 2022.

COSTA, Pedro Luiz; MARINHO, Ricardo José. **Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs.** In: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento / Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.320 p.

DECRETO Nº 7234, DE 19 DE JULHO DE 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES.**

DIEESE. **Nota técnica. PLP 93/2023 que trata do Novo Arcabouço Fiscal.** São Paulo, junho de 2023.

Diretrizes Nacionais para a Política de Assistência Estudantil. Disponível em: http://w2.ifg.edu.br/uruacu/images/arquivos/dir_ae.pdf

FARAGE, Eblin; COSTA, Arley; SILVA, Leticia. **A educação superior em tempos de pandemia: A agudização do Projeto do Capital através do Ensino Remoto Emergencial.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.226-257, abr. 2021.

FIA BUSINESS SCHOOL. **Políticas públicas: o que são e para que servem na prática?**, 2022. Acesso em agosto de 2023. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/politicas-publicas/#:~:text=Os%20quatro%20tipos%20de%20pol%C3%ADticas,das%20diferentes%20formas%20de%20pol%C3%ADtica>

GARCIA, Adilson de Campos; DORSA, Arlinda Antero; OLIVEIRA, Edilene Maria; CASTILHO, Maria Augusta. **Educação profissional no Brasil: origem e trajetória.** Revista Vozes dos Vales: publicações acadêmicas, UFVJM, 2018, N. 13, p. 1 – 18. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf

GOHN, Maria da Glória. **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil.** SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013

GOV. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul: Índice de desenvolvimento humano. Acesso em Ago. de 2023

G1. **Brasil tem recorde de 30 milhões de pessoas recebendo até um salário mínimo Levantamento da consultoria.** Set 2021.

G1, globo.com. **Educação, entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores.** Maio, 2019. Acesso em 1 de junho de 2023. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>

IAMAMOTO, Marilda. **A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina.** São Paulo: n. 134, p. 13-33, jan./abr. 2019 .

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IFBA. Campus teixeira de Freitas: **Editais do Paise será publicado em breve,** maio de 2014. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/p211-3/>

IFMG. **Editais 20/2023 - Processo Seletivo de Fluxo Contínuo para a Concessão de Auxílio Socioeconômico do Programa De Assistência Estudantil - Campus Ouro Preto.** 2023.

_____. **Relatório de gestão 2022.** 1.ed - Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2022.

_____. **Relatório de gestão 2021.** 1.ed. - Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2021.

_____. **Relatório de gestão 2020.** 1.ed. - Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2020.

_____. **Relatório de gestão 2019.** 1.ed. - Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** São Paulo, ago 2017.

INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS. **Séries Temporais - Metadados, salário mínimo.** 2002

IPEA. Andréa Wolffenbüttel. **Desafios do desenvolvimento: o que é? índice de gini.** Nov. 2004

IPEA. **Produto interno bruto (PIB) per capita.** Acesso em ago. 2023, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38375#:~:text=O%20PIB%20per%20capita%20%C3%A9,se%20todos%20recebessem%20partes%20iguais>.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. **Institui rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências.**

SALVADOR, Evilasio; OLIVEIRA, Sandra. **ORÇAMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: metodologia de análise na perspectiva crítica**. Revista de Políticas Públicas, vol. 18, núm. 1, pp. 15-32. São Luís, Maranhão, Brasil, 2014.

SENADO. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2017

STOODI. **História- Liberalismo: o que é, origem e resumo!** 2021.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA. **LEI Nº 185, DE 14 DE JANEIRO DE 1936: Institui as comissões de salário mínimo**.

LOMBARDI, José Claudinei. **Algumas Questões Sobre Educação e Ensino em Marx e Engels**. Revista HISTEDBR On-line: Campinas, p. 347-366, abr. 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. tomo 2 , cap XXIV, 1867.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Avante: Lisboa, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=Criado%20em%202008%2C%20o%20programa,sejam%20destinados%20R%24%20304%20milh%C3%B5es>.

MEDEIROS, Najara. **Uma análise sobre as políticas sociais do Brasil e a “questão social” na contemporaneidade**. Agosto, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital** [tradução Isa Tavares]. - 2 ed.- São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA; FILHO; SILVA. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista brasileira de educação, dezembro de 2015.

MTO. Painel do Orçamento Federal. Acesso em 2023. Disponível em: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true?lang=en-US&opendocqs=

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução à crítica**. 2. ed., v. 1 – São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

_____. **Economia política, uma introdução crítica: a acumulação capitalista e o movimento do capital**, cap.5. São Paulo: Cortez, 2012. p 137 a 154.

JUSBRASIL. PIANHERI, **O liberalismo e sua decadência**. 2014. Acesso em: 16 de março de 2023.

PORTUGAL, Adriana. **Marxismo e Educação: marxismo e reformismo na produção de conhecimento em educação hoje**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 23, p. 9-19, novembro 2007.

PROJETO DE LEI Nº 9.612 DE 2018. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Acesso em julho de 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1643240#:~:text=7%C2%BA%20Os%20recursos%20para%20o,estudantil%2C%20na%20forma%20dos%20arts.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 22 de Março de 2023.

RESENDE, Izabela Fernandes. **Monografia: Serviço Social na educação profissional e tecnológica: reflexões sobre o papel do assistente social no IFMG campus Ouro Preto**. Mariana, 2022.

MEC. **Dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG e Revogação da Resolução nº 3/2019**. JULHO DE 2020.

SALVADOR, Evilasio; OLIVEIRA TEIXEIRA, Sandra. **ORÇAMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: metodologia de análise na perspectiva crítica**. Revista de Políticas Públicas, vol. 18, núm. 1. São Luís, Maranhão: jan 2014, pp. 15-32.

SEI/IFMG. **Resolução do conselho superior**, jul. 2020.

SEDES. **O que é o Cadastro Único**. Abril de 2023. Acesso em: agosto de 2023. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/#:~:text=S%C3%A3o%20consideradas%20fam%C3%ADlias%20de%20baixa,R%24%20651%2C00>).

STAHLER, Gabriela. **Politize: Entenda a política do salário mínimo**. Abril 2016.

SURDINE, Mônia. **O Financiamento Do Programa Nacional De Assistência Estudantil (Pnaes) No Instituto Federal Do Espírito Santo (Ifes): Entre Ganhos, Perdas E Lutas**. Vitória, 2020)

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Execução Orçamentária do Ministério da Educação-MEC**, Maio e Junho de 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/541.pdf?481962881

TOMAZ, Marianna. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: uma análise do seu conceito na contemporaneidade**. São Luiz do Maranhão, agosto 2013.

TRÓPIA, Patrícia. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani (Orgs.). Campinas, Autores Associados, 2005.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **O Plano Temer/ Meireles contra o povo: o Desmonte Social proposto pela PEC 241.** Disponível em:<http://plataformapoliticasocial.com.br/artigo-36-o-plano-temer-meireles-contra-o-povo-o-desmonte-social-proposto-pela-pec-241/>. Acesso em: 31 Maio 2023.

WIKIPEDIA. **Política Social.** Acesso em 2023